

HORÁRIOS DO FUNCHAL – TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5
9020-242 Funchal

Consulta Prévia

Refª 047/DL/2022

Serviço de Recolha de Resíduos

CADERNO DE ENCARGOS

Artigo 1º

(Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência deste procedimento.

2. O objeto principal do presente procedimento consiste na aquisição de serviços de recolha e reencaminhamento para destinatário final autorizado, de resíduos, conforme o seguinte:

2.1. A Recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), resíduos industriais e de metais ferrosos e não ferrosos provenientes da atividade desenvolvida na Estação da Horários do Funchal – Transportes, Públicos, S.A. (doravante abreviadamente designada por HF) e o seu encaminhamento até destinatário final autorizado.

a) Por resíduos industriais entende-se nomeadamente os seguintes: bancos de plástico, correias, balões de suspensão, reservatórios velhos de viaturas, vidros de para-brisas, tecidos, esponjas, madeiras, lamas, lâmpadas, borrachas, pneus e outros resíduos semelhantes.

b) Existem 6 pontos de recolha dentro da estação da HF, podendo cada um dos pontos conter apenas um ou mais tipos de resíduos (RSU, Resíduos industriais, Metais).

c) É da responsabilidade da empresa que presta o serviço de recolha a colocação dos contentores para os resíduos metálicos e industriais, ficando os de RSU a cargo da HF.

d) Duas vezes por ano recolha de documentos para destruição, proveniente de arquivo, aproximadamente 4ton/ano.

2.2. A periodicidade de recolha:

a) RSU mínimo 2 vezes por semana cada tipo: papel, vidro e cartão ou sempre que solicitado pela empresa.

b) Resíduos metálicos mínimo duas vezes por mês ou sempre que solicitado pela empresa, quando não existir quantidade que justifique a recolha, esta poderá não se efetuar mediante autorização da HF.

c) Resíduos industriais, uma vez por mês ou sempre que solicitado pela empresa, quando não existir quantidade que justifique a recolha, esta poderá não se efetuar mediante autorização da HF.

d) Recolha de documentos para destruição, quando solicitado pela empresa.

2.3 Sistemas de recolha:

a) Os RSU devem ser recolhidos em viatura própria para o fim.

b) A empresa deverá fornecer 3 contentores metálico de aproximadamente 1m³ que seja facilmente elevado com ajuda de empilhadora, para os resíduos industriais.

c) Os resíduos industriais podem ser recolhidos em qualquer tipo de viatura de

transporte de mercadorias com ou sem caixa aberta, desde que permita a operação de báscula do contentor.

d) A empresa deve fornecer 2 contentores tipo Polibenne / Multibenne para os resíduos ferrosos.

e) Os resíduos metálicos devem ser recolhidos através de sistemas Polibenne / Multibenne ou equivalente desde que evite operações de transferência dos resíduos em questão.

2.4. É da responsabilidade da Entidade Adjudicatária o processamento de toda a documentação legalmente exigível para o transporte e reencaminhamento para os locais de tratamento legalmente autorizados.

Artigo 2º

(Prazo)

1. O prestador de serviços obriga-se a executar o objeto do presente procedimento, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data de assinatura do contrato.
2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão do fornecimento dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Artigo 3º

(Preço base)

1. O preço base é de €40.000,00 (quarenta mil euros) incluindo todo o tipo de despesas e não incluindo o IVA, à taxa legal em vigor.
1. Nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base é o preço máximo que a HF se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
2. O preço referido no presente artigo inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não estejam expressamente atribuídas à HF, incluindo as despesas de seguros, de combustível, de meios humanos, de manutenção de meios materiais bem como, quaisquer encargos decorrentes do serviço, encargos necessários para a execução do objeto, nomeadamente com deslocações e estadias à Região Autónoma da Madeira.

Artigo 4º

(Entrega dos serviços)

1. Os serviços objeto do convite serão prestados na sede da HF, sita à Travessa da Fundoa de

Baixo 5, S. Roque.

2. Os serviços objeto de convite deverão cumprir as especificações indicadas no objeto do presente Caderno de Encargos.

Artigo 5º

(Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato)

1. A HF procede à respetiva análise, com vista a verificar se os serviços reúnem as características, especificações e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade da prestação dos serviços objeto do presente procedimento.
3. Caso os serviços cumpram o especificado no Caderno de encargos, será recebido pela HF.

Artigo 6º

(Condições de pagamento)

1. A emissão da respetiva fatura pelo Adjudicatário terá lugar somente quando a obrigação se considere vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo Adjudicatário do serviço.
2. As faturas deverão ser enviadas para a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., Fundoa de Baixo, n.º 5, S. Roque, 9020-242 Funchal.
3. O prazo de pagamento é de 60 (sessenta) dias a contar da data de emissão das respetivas faturas.
4. Em caso de discordância por parte da HF, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor do serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Artigo 7º

(Contrato)

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito, fazendo parte integrante do mesmo os elementos constantes do artigo 96.º do CCP, designadamente:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites

pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e os artigos do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

4. A HF designará um Gestor do Contrato, nos termos do artigo 290.º- A do Código dos Contratos Públicos, cuja função será a de acompanhar permanentemente a execução do contrato, e delegará no mesmo poderes para determinar a adoção das medidas adequadas para a correção de quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias que detete na execução do presente contrato, não podendo as mesmas compreender qualquer modificação ou cessação do contrato.

Artigo 8º

(Conformidade Proteção de dados)

1. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela HF ao abrigo do contrato a celebrar serão tratados em estrita observância das instruções da HF.

2. O Adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), na Lei da Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela HF única e exclusivamente para efeitos do fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato a celebrar;

b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

c) Prestar à HF toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato a celebrar, mantendo a HF informada em relação ao tratamento de dados pessoais e obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das

regras previstas na legislação em vigor.

3. O tratamento em subcontratação será regulado por contrato nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD.
4. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a HF venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato a celebrar.
5. O Adjudicatário garante que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade, ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
6. O cumprimento da obrigação de proteção de dados pessoais pelo Adjudicatário, prevista no presente Caderno de Encargos, mantém-se mesmo após a cessação do contrato a celebrar, independentemente do motivo porque ocorra.

Artigo 9º

(Dever de sigilo)

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo e garantirá o sigilo de todos os intervenientes que direta ou indiretamente venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da HF, sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à mesma, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 10º

(Patentes, Licenças e Marcas Registadas)

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento e na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a HF venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no parágrafo anterior, o Adjudicatário obriga-se a indemnizar a Entidade Adjudicante de todas as despesas que, em consequência, tenha de fazer e de todas as quantias que tenha pago, seja a que título for.

Artigo 11º

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da sua posição contratual dependem de prévia autorização escrita da HF.

Artigo 12º

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente Caderno de Encargos, a HF pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, cujo montante será fixado em função da gravidade do incumprimento, tendo como limite máximo, por infração, 5% do valor contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a HF tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A HF pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º, n.º 2 do CCP.

Artigo 13º

(Resolução do Contrato)

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Qualquer uma das partes poderá, sem qualquer penalização, no fim de cada ano civil, com pré-aviso de 90 (noventa) dias, proceder à denúncia, devidamente fundamentada.

Artigo 14º

(Resolução do Contrato pela Entidade Adjudicante)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a HF pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, com o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados.
2. Considera-se existir não cumprimento do Adjudicatário e, conseqüentemente, motivo de

resolução do contrato pela HF, quando, além dos casos previstos no artigo 333.º do CCP, se verifique, designadamente, um atraso no fornecimento dos bens objeto ou da prestação dos serviços do contrato superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

3. O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, e da qual conste a indicação da situação de incumprimento e do fundamento de resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela HF.

Artigo 15º

(Resolução do Contrato pelo Adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à HF, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. Nos demais casos, o direito de resolução é exercido por via judicial.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas referidas na lei.

Artigo 16º

(Comunicações e Notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 17º

(Legislação Aplicável)

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

2. Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto e restante legislação aplicável à contratação pública.

Artigo 18º

(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal com expressa renúncia a qualquer outro.